

Confira a entrevista com a coordenadora da Unep-FI para América Latina e Caribe, Maria Eugenia Sosa Taborda, sobre o evento da Unep-FI em São Paulo

Frente aos desafios gerados pelas mudanças climáticas, a integração dos fatores Ambiental, Social e de Governança (ASG) à subscrição dos seguros torna-se ainda mais importante, particularmente nos produtos de danos de responsabilidade. Para debater esta e outras questões ligadas ao setor financeiro, a Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Unep -FI), em parceria com a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), realiza nos dias 14 e 15 de outubro, em São Paulo, mais uma edição da Mesa Redonda de Finanças Sustentáveis na América Latina e Caribe.

Nessa edição, o setor de seguros contará com uma programação exclusiva no segundo dia de evento, quando também estarão na pauta a agenda para o desenvolvimento sustentável dos segmentos de Vida e Saúde, o lançamento do Guia Global PSI-WWF-UNESCO para proteger os sítios de Patrimônio da Humanidade e um debate sobre a Força-Tarefa para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas a Riscos Climáticos (TCFD, na sigla em inglês).

Confira abaixo a entrevista com a coordenadora da Unep -FI para América Latina e Caribe, Maria Eugenia Sosa Taborda, sobre o evento e os principais temas a serem abordados no segundo dia. Os interessados em participar podem conferir a programação e se inscrever clicando aqui.

Como podemos definir “finanças sustentáveis”?

O setor financeiro tem também um importante papel em relação à promoção do desenvolvimento econômico, do bem-estar social e do equilíbrio com o meio ambiente. Ignorar isso é não compreender que as questões socioambientais podem aumentar os custos sociais, ambientais e financeiros. “Finanças sustentáveis” é um termo usado para demonstrar como as três indústrias – seguros, investimentos, bancos – podem contribuir para o desenvolvimento sustentável. Vale dizer que, para tal, precisamos da responsabilidade coletiva dos governos, das sociedade civil organizada e das empresas, inclusive do setor financeiro.

Você identifica alguma mudança na percepção dos mercados financeiro e segurador a respeito da importância das finanças sustentáveis desde a última mesa redonda na América Latina e Caribe, realizada há dois anos, em Buenos Aires? E em relação à percepção dos reguladores?

A última Mesa Redonda aconteceu em 2017 e, de lá para cá, a urgência dos temas socioambientais estão numa crescente. Os desastres naturais, infelizmente, continuam acontecendo de forma recorrente, inclusive com perdas relevantes para o mercado segurador. A Força Tarefa para a Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas a Riscos Climáticos (TCFD, na sigla em inglês) ganhou força e cerca de 35 reguladores já começaram a exigir de seus regulados informações sobre riscos climáticos. As políticas públicas para as finanças sustentáveis dobraram globalmente entre 2013 e 2017, saindo de 131 para 267 iniciativas. As de jurisdições que têm políticas de financiamento sustentável agora totalizam 53, incluindo todos os membros do G20. Ou seja, o regulador caminha e o ideal é que haja um diálogo com o setor privado, pois este é um tema novo para todos.

Quais os principais desafios em relação às finanças sustentáveis para os próximos dois anos?

Estima-se que para conseguirmos avançar nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), precisamos de um aumento significativo de investimento sustentável, considerando os níveis atuais. Estima-se que, atualmente, o investimento varie de US\$5 a 7 trilhões a cada ano. A conversa em torno de finanças sustentáveis não é apenas sobre o quanto de financiamento precisamos, mas também de que tipo. Precisamos do capital público, do capital privado e do capital

multilateral, além de um mercado segurador precificando os riscos socioambientais e oferecendo novos produtos e serviços que possam atender o novo contexto. Vale dizer que os desafios não são somente ambientais, pois também temos muitos desafios sociais. No Brasil, a mudança da previdência social, o envelhecimento da população e o crescimento das classes C, D e E são fatores que desafiam todo o setor financeiro, inclusive o segurador. Os seguros são parte fundamental do planejamento financeiro das pessoas, mas, infelizmente ainda, não há esse entendimento claro por parte dos indivíduos. Esta é uma grande oportunidade e um caminho que deveríamos trilhar nos próximos 2 anos.

Entre os temas que serão debatidos no evento, está o da integração de aspectos Ambientais, Sociais e de Governança (ASG) na subscrição de seguros de danos de responsabilidade. Por que isso é importante e como isso ocorre?

Um ponto de partida relevante para a indústria de seguros é o da integração dos riscos socioambientais na sua subscrição de riscos e, para isso, é preciso de clareza sobre sua potencial exposição aos riscos ASG, considerando o país ou região, linha de negócio, tipo de cobertura, setores econômicos, características do cliente e outros fatores. A iniciativa dos Princípios para Sustentabilidade em Seguro (PSI, na sigla em inglês) colocou recentemente em consulta pública um guia que vai nessa direção e que deve ajudar as seguradoras nessa jornada. O guia consiste principalmente em dois "mapas de calor", indicando onde há potencial risco ASG (amarelo), um risco elevado potencial (laranja) ou um risco potencial elevado ou direto (vermelho). Esta classificação é baseada nos resultados das diferentes fases do projeto e serve apenas como uma indicação, e não é exaustiva. O guia ajuda a chamar a atenção para esta complexa gama de considerações e como alguns participantes da indústria estão indo sobre a sua integração de fatores de riscos ASG

Outro tema debatido no evento será o da Força Tarefa para a Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas a Riscos Climáticos (TCFD, na sigla em inglês). Essa força tarefa, segundo informações oficiais, tem o objetivo de "fornecer uma estrutura para empresas e outras organizações desenvolverem divulgações financeiras relacionadas ao clima mais eficazes por meio de seus processos de relatório existentes". Qual a importância da divulgação dessas informações no combate e adaptação às mudanças climáticas?

As recomendações da TCFD são um marco para o tema, pois elas posicionam os riscos climáticos de uma forma muito pragmática, conectando-os com os impactos econômico-financeiros. Nessa perspectiva, a abordagem das mudanças climáticas não tem um tom ideológico - do acreditar ou não - mas o objetivo de mitigar os riscos e os danos que já estão acontecendo nos dias de hoje, além de projetar cenários para os portfólios das instituições. Ter mais dados de empresas e de instituições financeiras à disposição será fator crucial para que possamos melhorar os modelos de subscrição, crédito e investimentos e, assim, também direcionar o fluxo financeiro para uma economia mais verde e de baixo carbono.

Sabendo-se da inevitabilidade de certo nível de mudanças climáticas, qual o papel das seguradoras dentro desse novo cenário? Quais as oportunidades e riscos decorrentes?

É muito importante integrar os riscos climáticos na subscrição, implementar testes de stress, seguir as recomendações do TCFD e identificar novos produtos e serviços que ajudem os clientes. Entretanto, eu gostaria de destacar que este é um tema complexo e problemas desta natureza precisam de soluções fora da caixa e da colaboração com os pares e com outros atores do mercado. Nesse sentido, eu gostaria citar a experiência da Califórnia, onde está sendo construído um road map para seguros com vários atores, inclusive a Unep-FI. Este tipo de colaboração e parceria será decisivo para que, de fato, consigamos avançar. Reguladores, seguradores, empresas, ONG's, academia precisam trabalhar juntos.

Fonte: CNseg, em 08.10.2019